

PRÁTICA PEDAGÓGICA: ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho
Universidade Federal do Pará
anatanc@ufpa.br

RESUMO

Este artigo versa sobre alguns aspectos que condicionam a prática pedagógica de qualidade no que concerne a especificidade do trabalho docente que se desenvolve nas Instituições de Educação Infantil, de modo especial na pré-escola, nas capitais brasileiras investigadas. É fundamentado na pesquisa denominada “A Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa”, realizada nos anos de 2009 e 2010 em dez capitais brasileiras, coordenada pela Fundação Carlos Chagas do Estado de São Paulo, após ter vencido concorrência internacional em um Edital proposto pelo Ministério da Educação do Brasil. Nesta pesquisa, Belém do Pará foi uma das capitais selecionadas, e nesta cidade a coordenação da pesquisa esteve a cargo da Universidade Federal do Pará, do Instituto de Ciências da Educação, Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil – IPÊ. Referida pesquisa nas unidades de Educação Infantil de Belém objetiva fornecer informações sobre a qualidade da educação infantil oferecida em creches e pré-escolas e subsidiar normas e meios para expandir a cobertura e a qualidade da oferta dessa etapa da educação básica, conforme a proposta técnica apresentada pela Fundação Carlos Chagas. Este artigo refere-se unicamente a alguns aspectos da prática pedagógica que condicionam a qualidade da Educação Infantil de modo especial a especificidade do trabalho docente, focado na escala ECERS – R - *Early Childhood Environment Rating Scale*, que é a Escala de Avaliação de Ambientes de Pré-Escola, a qual apresenta um roteiro de observação, com subescalas, itens e um conjunto de indicadores que foram pontuados numa graduação de um a sete, significando condições, 1: inadequado, 3 mínimas, 5 boas, 7 excelente, sendo que para esta pesquisa a pontuação foi transformada de a 1 a 10, ficando assim pontuado: 1 |-----3: inadequado: 3 |-----5: básico; 5 |-----7: adequado, 7 |-----8,5 : Bom; 8,5 |-----10: excelente. Nas questões proposta havia ainda a possibilidade de se escrever não se aplica: NA. A escolha dessa escala deveu-se ao fato de contemplar os principais critérios de qualidade adotados nos documentos emitidos pelos órgãos oficiais do Brasil e por abarcarem uma grande variedade de situações encontradas no cotidiano da Educação Infantil. Na análise dos dados será estabelecido um diálogo com Mello (2007/2009), Dahlberg, Moss e Pence (2003) e Barbosa e Horn (2008), Vigotski (2008), Weis (2012). O resultado desta pesquisa foi amplamente divulgado nos órgãos municipais de educação e nas unidades que participaram como sujeitos, após anuência formal por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e apresenta entre os resultados que, considerando as categorias de análise contidas na escala há muito a ser feito em termos de política pública no Brasil e de modo especial em Belém do Pará. Esta capital situa-se abaixo da média nacional nas diferentes categorias de análise.

Palavras-chave: Escala. Unidade de Educação Infantil. Prática docente. Qualidade

I. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, direito do trabalhador urbano e rural e das crianças deste país e dever do Estado, integra o sistema de ensino, como primeira etapa da Educação Básica, sendo desenvolvida em creche e pré-escola e objetiva o desenvolvimento integral das crianças. Prioritariamente é responsabilidade do poder público municipal, não eximindo, porém, nem a esfera estadual e nem a federal, visto que a Constituição Brasileira prescreve como princípio, o regime de colaboração entre os entes federados revelado no artigo 30 inciso VI, no qual destaca que o município deve manter programas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, porém logo acrescenta a necessária cooperação técnica e financeira dos Estado e da União aos municípios, aliás essa redação já se encontra modificada pela Emenda Constitucional N° 53/2006, visto que na redação inicial da Constituição Federal de 1888 abrangia tão somente a pré-escola, excluindo a creche (BRASIL, 2014).

A Emenda Constitucional n° 59/2009 amplia a obrigatoriedade escolar, agora incluindo desde a pré-escola até o ensino médio. A implantação dessa obrigatoriedade no que concerne a Educação Infantil, no segmento da pré-escola, ou seja, a matrícula das crianças a partir de quatro anos de idade deverá ser cumprida até 2016, o que lança um enorme desafio para todos os municípios brasileiros, visto que o país sequer alcançou as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação 2001-2010 que era de 80% das crianças relativas a esse segmento da Educação Infantil deveriam estar matriculadas.

Esse direito à educação deve ser usufruído pelas crianças em creches e pré-escolas de qualidade, daí o estabelecimento de jurisprudências para a organização e funcionamento da Educação Infantil. Assim, para o exercício do magistério nesse nível de Educação há exigências legais, bem como normas e diretrizes para a sua implantação no território brasileiro, assim como possui fontes próprias de financiamento como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o Salário Educação, além dos recursos orçamentários proveniente da União Estados e Municípios. A Educação Infantil, portanto, portanto está institucionalizada, submete-se à supervisão e credenciamento dos órgãos próprios do sistema e ao controle social e devidamente amparada pelas normas legais.(BRASIL, 2009).

A legislação, as políticas públicas, os planos, programas e projetos já implantados em todas as Unidades Federadas não asseguram nem a quantidade e nem a qualidade em grande parte das Unidades de Educação Infantil, das unidades federadas brasileiras, pois, ainda há questões relacionadas a quantidade e a qualidade que demandam investimentos

públicos consideráveis para se garantir o direito à educação, como demonstram os dados da pesquisa denominada “**A Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa**”, coordenada pela Fundação Carlos Chagas situada na capital do Estado de São Paulo, após ter vencido concorrência internacional de um Edital proposto pelo Ministério da Educação do Brasil, realizada nos anos de 2009 e 2010 em dez capitais brasileiras, da qual este artigo é resultado

Nesta pesquisa, Belém do Pará estava entre as capitais brasileiras selecionadas, e nesta cidade a coordenação da pesquisa esteve a cargo da Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil – IPÊ,

O resultado desta pesquisa foi amplamente divulgado nos órgãos municipais de educação e nas unidades que participaram como sujeitos, após anuência formal por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Este artigo refere-se à pesquisa realizada nas seis capitais em comparação com Belém e aborda apenas a pesquisa realizada nas pré-escolas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve como lócus a cidade de Belém, tendo como objetivo verificar a qualidade da educação infantil desenvolvida em creches e pré-escolas da rede pública municipal, da rede particular e da rede particular conveniada. Avaliou também a gestão municipal da educação e forneceu informações que possibilitam subsidiar a expansão da cobertura e a qualidade da oferta dessa etapa da educação básica. (FCC, Proposta Técnica, 2009).

É uma pesquisa quali-quantitativa, com utilização de escalas e questionários para a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica.

Foram três as hipóteses principais do estudo, para Belém, a saber: (1) houve uma expansão da oferta de educação infantil nos últimos anos, mas essa expansão nem sempre foi acompanhada de padrões de qualidade adequados; (2) apesar de o MEC ter desenvolvido *Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil*, grande parte dos centros da educação infantil os têm implementado parcialmente; (3) a qualidade do serviço de educação infantil é variável e depende das características institucionais do centro (entre outros, se público, privado particular, comunitário, filantrópico ou confessional, conveniado ou não conveniado); (FCC, Proposta Técnica, 2009).

Para a definição do universo amostral as variáveis consideradas para a escolha das instituições de Educação Infantil foram: dependência administrativa: se pertence para a esfera pública, particular ou particular conveniada; tipo de atendimento: creche, pré-escola; tamanho – número de crianças por creche e pré-escola; período: integral ou parcial e localização bairros/distritos; dados censitários, escolaridade e renda; ou regionais de ensino).

A referência utilizada para a coleta dos dados foi o Censo Escolar de 2008, Desconsideraram-se as Unidades de Educação Infantil que funcionam na zona rural, pois somavam à época, 1% tendo, portanto, pouca representatividade. O universo amostral resultante para Belém foram 203 Unidades de Educação Infantil, conforme quadro abaixo. (FCC, Proposta Técnica, 2009). O universo amostral é proporcional ao tipo de instituição e não ao tamanho da rede

QUADRO Nº 1
NÚMERO E PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS
DE SELEÇÃO AMOSTRAL, NO MUNICÍPIO DE BELÉM, SEGUNDO A
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA.

Dep Admin/ Município	Municipal		Privada		Total (100%)
	Nº	%	Nº	%	Nº
BELÉM	85	41,9	118	58,1	203

A amostra para a cidade de Belém obedeceu aos critérios estabelecidos para a pesquisa como dependência administrativa, tamanho, tipo de atendimento definidos para a seleção das Unidades de Educação Infantil definiu-se cada um dos termos para que, havendo unidade no significado os resultados possam ser validados. Assim por dependência administrativa: pública, entende-se municipal e privada: particulares e conveniadas: filantrópicas, comunitárias e confessionais. Por tamanho: menos de 90 crianças; entre 90 e 400 e mais de 400.

Seis tipos de instituições educacionais compuseram a amostra, conforme relacionado a seguir.

Tipo 1: Educação Infantil: Pré-Escolar e Ensino Fundamental – Pré e EF

Educação Infantil: Pré-Escolar e Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – Pré, EF e EJA.

Tipo 2: Educação Infantil: Creche e Pré-Escolar e Ensino Fundamental – Creche, Pré e EF.

Tipo 3: Educação Infantil: Creche e Pré-Escolar – Creche e Pré.

Tipo 4: Educação Infantil: Creche

Tipo 5: Educação Infantil: Pré-Escolar - Pré.

Tipo 6: Educação Infantil: Pré-Escolar e Ensino Fundamental, Ensino Médio - Pré, EF, EM e Educação Infantil: Creche e Pré-Escolar – Creche e Pré Ensino Fundamental, Ensino Médio - Creche, Pré, EF, EM.

Por tempo de permanência: entende-se até 8 horas – tempo parcial e mais de 8 horas - tempo integral.

Destacam-se ainda os critérios que ajudaram a selecionar a amostra: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (baixo, médio e alto) no Ensino Fundamental; anos de escolaridade, amostragem geográfica.

Após a aplicação dos critérios de dependência administrativa, tamanho, tipo de atendimento resultou que em Belém as unidades foram do tipo 1, 3 5 e 6 totalizando 20 unidades.

QUADRO 2
AMOSTRA PARA A CIDADE DE BELÉM

Dep. Adm.	Tamanho	Tipo 1 Pré, EF e Pre, EF, EJA	Tipo 2 Creche, Pré, EF	Tipo 3 Creche, Pré	Tipo 4 Creche	Tipo 5 Pré	Tipo 6 Pré, EF, EM e Creche, Pré, EF, EM	Total
Mun.	< 90			1				1
	90 a 400			3				3
	> 400	5						5
Priv.	< 90	1				1		2
	90 a400	3				2		5
	> 400	1					3	4
Total		10	0	4	0	3	3	20

Inicialmente foram selecionadas 20 unidades, porém uma unidade privada, incluída no tipo menos de 90 crianças se recusou a participar da pesquisa, totalizando, portanto 19 unidades que se localizam em diferentes bairros de Belém.

Os instrumentos de coleta de dados aplicados em nível de rede de ensino, nas Unidades de Educação Infantil foram:

Roteiro de observação em creches e pré-escolas – alternativas analisadas por meio de escalas de observação em sala. As pesquisadoras respondiam com sim/não e registravam as

respostas quando as questões eram abertas. Havia ainda a possibilidade de se escrever não se aplica: NA cujo aspecto avaliado não ser aplicável ao grupo avaliado.

Após o estudo de diferentes tipos de escalas a opção incidiu sobre duas escalas passíveis de serem utilizadas em creches e pré-escolas denominadas:

ITERS – R - Infant/Toddler Environment Rating Scale - A Escala de Avaliação de Ambientes para Bebês e Crianças Pequenas - creches

ECERS – R - Early Childhood Environment Rating Scale. A Escala de Avaliação de Ambientes de Pré-Escola.

As duas escalas apresentam um roteiro de observação, subescalas, itens e um conjunto de indicadores que foram pontuados numa graduação de um a sete, significando as seguintes condições, 1: Inadequado, 3: Mínimas 5: Boas, 7: Excelente, sendo que para esta pesquisa a pontuação foi transformada de a 1 a 10, ficando assim pontuado: 1 |-----3: Inadequado; 3 |-----5: Básico; 5 |-----7: Adequado, 7 |-----8,5 : Bom; 8,5 |-----10: Excelente.

Os argumentos para a escolha dessas escalas justificam-se por

[...] contemplarem os principais critérios de qualidade adotados por documentos oficiais brasileiros, estão especializados por duas faixas etárias que correspondem de perto àquelas atendidas por creches e pré-escolas, abrangem uma grande variabilidade de situações, e contam com manuais de aplicação e vídeos de orientação para aplicadores, sendo um deles já traduzidos para o português. Estes instrumentos foram então adaptados para a pesquisa e reformatados. (FCC, Primeiro Relatório Parcial, 2009, p. 35).

Para o desenvolvimento da pesquisa, a equipe responsável na Universidade Federal do Pará submeteu-se em momentos diferentes e em diversos tipos de treinamento, acontecendo tanto em São Paulo, capital, como em Belém.

Inicialmente no dia 29 de junho de 2009 as pesquisadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil - IPÊ, do Instituto de Ciências da Educação - ICED da Universidade Federal do Pará receberam a visita de uma Técnica da FCC e da articuladora do BID junto às instituições de Educação Infantil para conhecimento da equipe, da direção do ICED e para apresentação e discussão do projeto de pesquisa.

Posteriormente, a coordenadora da pesquisa e uma pesquisadora, juntamente com as pesquisadoras das demais capitais brasileiras participaram de dois dias de estudo, debate e discussões na FCC em São Paulo para conhecer a proposta técnica da pesquisa, apropriar-se do conteúdo e da forma de aplicação dos instrumentos de coleta de dados, do fazer específico dessa pesquisa, discutir o trabalho de campo bem como tomar conhecimento do cronograma da pesquisa. Toda a equipe técnica da FCC envolvida no Projeto participou do treinamento.

Conjuntamente foram realizados ciclos de estudos em preparação para o trabalho de campo, que foi precedido pelo estudo individual da proposta técnica, do projeto resumido e de todos os instrumentos de coleta de dados da pesquisa. Tais documentos foram analisados e debatidos para possibilitar uma unidade de compreensão e do fazer no trabalho de campo.

Foram feitas, ainda várias sessões coletivas com o auxílio de vídeos para o estudo das escalas ITERS e ECERS com o objetivo de nos apropriarmos do uso dessas escalas e para a preparação para a aplicação do pré-teste e para o trabalho de campo.

Participaram deste momento as integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil - IPÊ, a articuladora junto às instituições envolvidas nesta pesquisa e a bolsista do Projeto de Pesquisa Educação Infantil no Brasil: Avaliação Qualitativa e Quantitativa junto à Fundação Carlos Chagas que se desenvolveu no IPÊ/ICED/UFGA, no período de 27 a 30 de julho de 2009.

Nesse período procedeu-se o sorteio das Unidades cabendo 4 Unidades de Educação Infantil para cada pesquisadora.

O trabalho de campo da coordenadora local constou de visita à Secretaria Municipal de Educação e às unidades selecionadas para expor o objetivo dessa fase da pesquisa e informar o nome da pesquisadora responsável pela coleta de dados, tendo esta fase iniciado no dia 10 de agosto de 2009. O trabalho das pesquisadoras consistiu aplicação das escalas e questionários como instrumentos utilizados para a na coleta de dados.

O período do trabalho de campo da pesquisa foi de Julho a setembro de 2009 e consistiu na aplicação das tabelas, observação e aplicação dos questionários, trabalho esse desenvolvido em agosto e setembro.

Para melhor entendimento da pesquisa descreve-se a escala denominada “A Escala de Avaliação de Ambientes de Pré-Escolas ECERS-R”, integrada por sete subescalas, a saber: espaço e mobiliário; rotinas de cuidado pessoal; linguagens e raciocínio; atividades; interação; estrutura do programa e pais e equipe.

A subescala “espaço e mobiliário” é integrada por um conjunto de indicadores que permite avaliar os seguintes aspectos: o conforto, a segurança, a acessibilidade, o estado de conservação da sala, inclui-se ainda nesta subescala oito itens que garantem uma informação objetiva do espaço e dos móveis e sua adequação para este nível de educação.

Em relação a subescala “rotinas de cuidado pessoal” destacam-se procedimentos que são rotineiros numa instituição de Educação Infantil e nela estão incluídos: chegada e

saída, refeições e merenda; sono; uso do banheiro e troca de fraldas, práticas de saúde e práticas de segurança.

Na subescala “linguagem e raciocínio” o foco é o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, a comunicação verbal, a utilização de livros e o desenvolvimento do raciocínio por meio da linguagem, formada pelos seguintes itens: livros e imagens; estimulando as crianças a se comunicarem; uso da linguagem para desenvolver o raciocínio e o uso informal da linguagem.

“Atividades” é a subescala quatro e compreende as atividades e os materiais disponibilizados para as crianças e engloba a motricidade fina; arte; música e movimento; blocos; areia/água; brincadeira de faz de conta; natureza/ciência; matemática/número; uso da TV, vídeo, computador e a promoção da aceitação da diversidade.

A subescala V denomina-se “interação” na qual é avaliada a relação adulto-criança, criança-criança. Os itens desta subescala são: supervisão das atividades motoras amplas, supervisão geral das crianças, disciplina, interação entre adultos e criança e entre crianças.

A “estrutura do programa” é a subescala seis e engloba a avaliação da programação diária, as atividades livres e em grupos, constando dos seguintes itens: programação; atividade livre; atividade em grupo e condições para as crianças com deficiências.

Na subescala intitulada “pais e equipe” são avaliados o nível de satisfação tanto dos pais, como da equipe e o envolvimento daqueles nos programas da unidade. Inclui os seguintes itens: condições para os pais; condições para as necessidades pessoais e profissionais da equipe; interação e cooperação entre a equipe; supervisão e avaliação da equipe e oportunidades para o desenvolvimento profissional. (FCC/Relatório Final, 2010).

III. RESULTADOS DA PESQUISA.

Como resultado da pesquisa neste artigo iremos destacar alguns itens da escala ECERS-R, aplicada na pré-escola, que possibilitam à docente desenvolver uma prática pedagógica de qualidade e como esses itens foram pontuados na pesquisa.

Conforme já foi destacado anteriormente, a escala é composta por um roteiro de observação, subescalas, itens e um conjunto de indicadores para que a observação possa ser a mais objetiva possível.

A pontuação varia de 1 a 10 e possui o seguinte significado: 1 Inadequado; 3 básico; 5 adequado, 7 Bom; 8,5 excelente. Nas questões propostas pelas duas escalas havia ainda a possibilidade de se escrever NA, significando não se aplica.

A média nacional numa escala de 1 – 10 alcançada pelas Unidades de Educação Infantil no conjunto de itens foi: 3,4 (três vírgula quatro) ou seja, as pré-escolas destas seis capitais brasileiras, nas quais estão representadas todas as regiões brasileiras são dotadas do básico para o seu funcionamento. Belém recebe a pontuação 3,2 (três vírgula dois), como se pode constatar logo a seguir, significando que as pré-escolas incluídas na pesquisa possuem o mínimo indispensável para o seu funcionamento, ou seja, o básico, ficando ainda abaixo da média nacional.

Média geral na escala –ECERS-R-Pré-Escola

Belém – 3, 2

Campo Grande – 3, 6

Florianópolis – 4, 7

Fortaleza – 2, 2

Rio de Janeiro – 3, 6.

Teresina – 2, 7

Grupo total – 3, 4

Observa-se nessa pontuação que nenhuma das capitais brasileiras pesquisadas teve um desempenho maior que básico. Portanto, isto é um alerta para os governantes, pois, de acordo com a Emenda Constitucional Nº 59/2009, progressivamente até 2016 a obrigatoriedade da Educação Infantil, no que concerne à pré-escola deverá ser cumprida, para isso medidas estruturantes e imediatas devem pautar a ação do poder público.

Nas sete subescalas, abaixo relacionadas a média geral para as pré-escolas avaliadas nas sete capitais foi de 3, 4.

Espaço e mobiliário – 3,1

Rotinas de cuidado pessoal – 4,1

Linguagem e raciocínio – 3,7

Atividades – 2,3

Interação – 5,6

Estrutura do Programa – 2,5

Pais e equipe – 3,6

Média Geral – 3,4

A avaliação da qualidade da Educação Infantil na pré-escola em uma escala de um a dez, na área de abrangência da pesquisa que são as seis capitais demonstra a enorme fragilidade desse nível de educação ou seja, são demandas acumuladas que não estão sendo atendidas, evidenciando que são necessários vultosos investimentos para superar as insuficiências detectadas.

Conforme já foi descrito anteriormente a subescala 1 avaliou o espaço e o mobiliário existentes na creche. No quesito espaço interno o foco da observação centrou-se no tamanho da sala, iluminação, ventilação, temperatura e se há um espaço aconchegante para descanso das crianças.

Em relação aos móveis verificou-se o estado de conservação, adequação e se oferecem segurança às crianças, se há brinquedos. Verifica ainda a organização do espaço se há área livre na sala para as brincadeiras e para a exposição dos materiais e se estes são acessíveis às crianças.

De acordo com Barbosa e Horn (2001, p. 76) [...] a organização dos espaços internos, as salas é fundamental partirmos do entendimento de que este espaço não pode ser visto como pano de fundo e sim como parte integrante da ação pedagógica [...]”, o espaço, o ambiente também educa e nele a criança precisa ter mobilidade, espaços mais reservados e espaços coletivos, de modo que o/a docente possa planejar da melhor forma possível o seu uso e garantir à criança aspectos fundamentais contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil como a autonomia, a liberdade de escolha e a independência (BRASIL, 2009).

A sala é o espaço, em geral, onde as crianças passam a maior parte do tempo. Deve este, desafiar a criança para organizar atividades, interagir com os colegas, relacionar-se com os adultos, portanto o espaço precisa ser desafiador, atraente, bonito, seguro e aconchegante. Neste item tão importante, as pré-escolas dessas capitais recebem como pontuação três vírgula quatro numa escala de zero a dez, demonstrando claramente a necessidade de maiores investimentos em construção e equipamentos para as Unidades de Educação Infantil, pois como nos diz Mello, (2007, p. 85),

A creche e a escola da infância podem e devem ser o melhor lugar para a educação das crianças pequenas – crianças até 6 anos -, pois aí se pode intencionalmente organizar as condições adequadas de vida e educação para garantir a máxima apropriação das qualidades humanas – que são externas ao sujeito no nascimento e precisam ser apropriadas pelas novas gerações por meio de sua atividade nas situações vividas coletivamente.[...]

Para que a criança possa desenvolver suas atividades no sentido de atender seus interesses, o espaço e o mobiliário precisam propiciar oportunidades para as crianças organizarem seus projetos com segurança, tranquilidade e conforto. “A organização do espaço deve ser considerada como um elemento relevante proporcionando aconchego, segurança, estímulo, acolhimento e liberdade de movimento.” (WEIS, 2012, p.132)

No que concerne a rotinas de cuidados especiais detalha-se a seguir os itens avaliados.

1. Chegada/saída: avalia se os procedimentos para chegada e saída das crianças são organizados e agradáveis. Por exemplo: se as crianças são cumprimentadas ao chegar, se é permitido aos pais acompanhá-las até a sala, se os seus pertences estão prontos na hora da saída, se pais e equipe trocam informações sobre a criança nestes momentos, etc
2. Refeições/merenda: são avaliados a adequação dos horários às necessidades das crianças, o balanceamento nutricional das refeições, os procedimentos de higiene e as interações sociais durante as refeições.
3. Sono: avalia se os horários de sono atendem às necessidades das crianças, se as condições de higiene são preservadas, se a supervisão desta atividade é calma e não punitiva e se os berços são usados apenas para o sono (não como local para brincadeiras ou castigos).
4. Troca de fraldas/uso do banheiro: avalia as condições sanitárias do local, no que diz respeito à limpeza do ambiente e à oferta de produtos de higiene, tais como papel higiênico e sabonete. Também é observado se as crianças e os adultos lavam as mãos após o uso do sanitário e/ou troca de fraldas.
5. Práticas de saúde: avalia se as práticas de saúde estão adequadas, como por Produtos de higiene exemplo: não fumar nas áreas de cuidados às crianças, lavar as mãos e assoar o nariz adequadamente, administrar medicamentos apropriadamente, lavar brinquedos que vão à boca das crianças diariamente, vestir as crianças de acordo com o clima, entre outras.
6. Práticas de segurança: avalia a presença de riscos à segurança no espaço interior e no exterior, bem como a adequação da supervisão dos adultos no sentido de garantir a segurança das crianças. Também são observadas as condições para se lidar com situações de emergência. (FCC/Relatório Final, 2010)

A média da pontuação recebida foi 4,1 mais próximo do adequado, porém não chegou a superar o básico. Este tópico evidencia a questão da formação do/a professor/a de Educação Infantil, pois,

O cuidado envolve dimensões materiais, pessoais, psicológicas, sociais, ecológicas e espirituais. Portanto o cuidado em sua essência é ético. O cuidado busca promover e/ou recuperar a dignidade no sentido de promover a autonomia dos sujeitos e a totalidade humana (WALDOW, 1998, apud WEIS, 2012, p.131). [...] O cuidado qualifica nossos relacionamentos com os outros, portanto é um ato social que deve contemplar a cultura do meio na qual a criança vive, ou seja, valorizar seus conhecimentos, proporcionado desta forma, um cuidado mais harmônico na perspectiva da criança e sua família (WEIS, 2012, p.131).

Esta subescala evidencia a necessária sólida formação teórica e a elevada ética que devem estar sempre presente no exercício da docência, de modo especial quando os

educandos são crianças em processo de conhecimento do seu corpo. O respeito, a afetividade e o cuidado tornam-se atitudes indispensáveis.

A linguagem e raciocínio recebeu a pontuação três vírgula sete numa a escala de zero a dez. Destaca-se que os itens avaliados são livros e imagens no sentido se há e se há uma quantidade razoável e se pelo menos uma vez por dia o/a docente desenvolve uma atividade relacionada a linguagem coma mediação de leitura, contação de histórias, se as crianças são desafiadas a se comunicarem quer pelo uso da brincadeira ou pelo uso de materiais que estimulem o diálogo como telefones de brinquedo, fantoches e etc e às crianças de fazerem perguntas.

Nesse quesito, a pontuação recebida foi três vírgula sete, pontuação baixa, para a importância da comunicação verbal, da leitura e da escrita na vida das pessoas. Essa pontuação também remete à formação docente, pois, o/a professor/a deve se apropriar desse conhecimento e das formas de aproximar as crianças, porém o diálogo só será profícuo se a criança for levada a compreender o uso social da linguagem e o significado da fala, da escrita e da leitura. Nesse sentido Junqueira Filho (2001, p. 143) revela que “É importante criar – e garantir na rotina do grupo, situações em que as crianças e sua professora ou o adulto responsável pelo grupo leiam e escrevam explorando as relações entre a utilização da linguagem escrita com a organização do mundo em que vivem”, evidentemente se as crianças estiverem interessada por esse universo.

A subescala que recebeu a menor pontuação foi a de “atividades”, cujos itens de avaliação são motricidade fina, arte, música e movimentos, blocos, areia/água, brincadeira de faz de conta, natureza/ciências, matemática e/número, uso da TV, vídeo e/ou computadores e promoção da aceitação da diversidade. Poder-se-ia dizer componentes curriculares importantes na Educação Infantil aliado a alguns materiais que desenvolvem na criança o senso estético fundamental para a fineza dos gestos e movimentos e da criatividade.

Destaco neste item a brincadeira de faz de conta, e reporto-me a Vigotski para quem “[...] a brincadeira é a principal atividade do desenvolvimento na idade pré-escolar” (Vigostik, 2008, p. 24).

Para Mello (2007, p. 97)

[...] é o objeto do faz-de-conta que se constitui como atividade principal até próximo aos seis anos. Nessa atividade lúdica – não produtiva -, são exercidas e cultivadas funções essenciais em processo de desenvolvimento na criança como a memória, a imaginação, o pensamento, a linguagem oral, a atenção, a função simbólica da consciência. Ao se colocar no lugar do outro, em geral, adulto que representa no faz-de-conta, a criança objetiva seu comportamento num nível mais elevado de exigência social [...].

Como bem definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, currículo é o conjunto de práticas que articulam as experiências e os saberes das crianças com o conhecimento cultural, nele incluído o patrimônio artístico, científico, tecnológico. (BRASIL, 2009), portanto, as atividades devem envolver todas as mais diferentes áreas e desse modo ampliar e qualificar a aprendizagem das crianças, no sentido da apropriação das máximas qualidades humanas. Ser atribuído a menor nota nas seis capitais pesquisadas é preocupante e intrigante. O que fazem as crianças? Teriam os professores/as condições de diversificação de atividades, especialmente a brincadeira? Possuem um repertório cultural que oportunize ampliar a inserção da criança no mundo?, pois como diz Malaguzzi citado por Dahlberg, Moss e Pence (2003, p. 71) “ [...] a criança é “rica em potencial, forte, poderosa, competente”

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram muitos ganhos com esta pesquisa entre os quais ressalto a participação intensa de todas as pesquisadoras que se empenharam ao máximo para melhor se desempenhar de suas tarefas. O Grupo IPÊ permaneceu bastante coeso, estudando e discutindo conjuntamente e, sobretudo aprendeu-se a utilizar as Escalas ITERS e ECERS, relacionou-se com pesquisadoras de outros estados e com a equipe da FCC.

Destaca-se o quanto as referidas escalas contemplam aspectos significativos a serem considerados em uma Unidade de Educação Infantil que respeite as crianças e poder serem consideradas, a partir das insuficiências detectadas num programa de formação de professores.

Acredita-se que houve um ganho muito grande para o Grupo IPÊ tanto pelo fato de ter trabalhado com uma instituição reconhecidamente competente, de se relacionar com profissionais altamente experientes no ofício de fazer pesquisa e de ter se apropriado de uma metodologia que ainda não tinha sido utilizada pelo Grupo.

O conhecimento que obtivemos da realidade, apesar de ser conhecido empiricamente não deixou de nos surpreender pela fragilidade detectada em nossas Unidades de Educação Infantil, demandando políticas públicas sérias, viáveis com significativo aporte de recurso, de modo que as crianças brasileiras possam viver com alegria suas infâncias para isso contribuindo as creches e pré-escolas públicas de qualidade socialmente referenciada, nas quais as crianças sejam realmente sujeito de direitos.

V. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. HORN, Maria da Graça Souza. Organização do Espaço e o tempo na Escola Infantil. In CRAIDY, Carmen Maria. KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. (Org.). **Educação Infantil: pra que te quero**. Porto Alegre: Artemed Editora, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Parecer 20/2009**. Diário Oficial. 09/12/2009. Seção 1, p. 14.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado no dia 26 de julho de 2014.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 59/2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acessado no dia 27 de julho de 2014.

BRASIL. Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil - IPÊ. BAHIA, Celi das Costa Silva. MOCHIUTTI, Solange. TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos. **Caderno de Campo da Pesquisa Educação Infantil no Brasil: Avaliação Qualitativa e Quantitativa Digitalizado**. 2009.

BRASIL. Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil - IPÊ. TANCREDI CARVALHO. Ana Maria Orlandina. **Relatório do Trabalho de Campo da Pesquisa Educação Infantil no Brasil: Avaliação Qualitativa e Quantitativa**. Digitalizado, 2009.

DAHLBERG, Gunilla. MOSS, Peter. PENCE, Alan. **Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós-modernas**. Porto-Alegre: Artemed, 2003.

FUNDAÇÃO Carlos Chagas. Educação Infantil no Brasil: Avaliação Qualitativa e Quantitativa: **Proposta Técnica**. *Infant Education* BR-T1104 Social Fund. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009.

FUNDAÇÃO Carlos Chagas. **Relatório Parcial da Pesquisa Educação Infantil no Brasil: Avaliação Qualitativa e Quantitativa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009.

FUNDAÇÃO Carlos Chagas. Educação Infantil no Brasil: Avaliação Qualitativa e Quantitativa. **Relatório Final**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010.

JUNQUEIRA FILHO. Gabriel de Andrade. In. CRAIDY, Carmen Maria. KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. (Org.). **Educação Infantil: pra que te quero**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MELO, Suely Amaral. Infância e Humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. **Perspectiva**. Florianópolis, Editora UFSC. v. 25, n. 1, 83-104, Jane./jun.2007.

VIGOTSKI, L. S. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**. 2008.

WEIS, Elfy Margrit Göhring. Educação Infantil: espaço de educação e cuidado. In FLOR, Delânea Cristina. DURLI, Zenilde. (org.) **Educação Infantil e Formação de Professores**. Florianópolis. Editora da UFSC, 2012.